**RELATÓRIO CONCLUSIVO DE PROCEDIMENTO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TOC**

**DADOS DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TOC**

**PROTOCOLO: xxxxxxxxxx**

**Nº DA TOC: xxxxxxxxxx**

**DATA DA INSTAURAÇÃO: xxxxxxxxxx**

**FATO ENSEJADOR: xxxxxxxxxx**

**PROTOCOLO DE PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PRELIMINARES: xxxxxxxxxx**

**ATO DE INSTAURAÇÃO: xxxxxxxxxx**

**PUBLICAÇÃO DA INSTAURAÇÃO: xxxxxxxxxx**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO: xxxxxxxxxx**

**MEMBROS DA COMISSÃO: xxxxxxxxxx**

**VALOR ORIGINAL DO DANO: xxxxxxxxxx**

**1. Introdução**

Autuamos, em [*data da autuação*], o presente processo de tomada de contas especial relativo ao [*fato ensejador da TOC*], em atendimento às disposições contidas no art. 198, inciso IV, da Lei Estadual nº 20.656/2021.

O processo foi autuado com informações e documentos considerados relevantes, necessários e suficientes para a obtenção dos elementos de convicção sobre os fatos, responsáveis e danos, bem como para análise e identificação dos respectivos nexos e causalidade.

Os procedimentos foram realizados de acordo com o artigo 198, incisos I à IV da Lei Estadual nº 20.656/2021, e as análises conforme as disposições do [*citar principal legislação específica relacionada ao objeto da tomada de contas especial*].

A seguir, os dados gerais da Tomada de Contas Especial - TOC e do objeto que fundamentou sua instauração:

**2. Pressupostos, fato ensejador e medidas administrativas**

**2.1. Pressupostos**

Procedemos à análise das informações e dos documentos para verificação da existência e validade dos pressupostos de instauração desta tomada de contas especial a partir dos quais concluímos que constam todos os pressupostos para a constituição deste procedimento, quais sejam: o dano ao erário, o agente responsável, o fato irregular e a jurisdição e competência do Tribunal de Contas do Estado.

**2.2. Fato ensejador**

Verificamos que o fato irregular objeto desta tomada de contas especial se enquadra como fato ensejador nos termos [*inserir a legislação e o fato ensejador e os dados relevantes do objeto da TCE*].

**2.3. Medidas administrativas**

Quanto à adoção das medidas administrativas, foi verificada que essas medidas foram adequadas, suficientes e exaustivas, porém, não lograram êxito em obter o ressarcimento integral do dano ao erário, demonstrando a necessidade da instauração da presente TOC.

OU

Quanto à adoção das medidas administrativas, não foram adotadas medidas administrativas pelo órgão/entidade com vista ao ressarcimento ao erário, descumprindo o art. XX da [Norma que Regulamenta o TOC], não oferecendo subsídios de fundamentação para instauração desta TOC.

**3. Apuração dos Fatos**

Apresentamos a seguir a descrição dos fatos até a instauração da tomada de contas especial, as apurações realizadas e a análise da defesa apresentada, referenciando as folhas dos autos que comprovam os fatos, bem como, as normas e regulamentos infringidos.

**3.1. Descrição cronológica dos fatos até a instauração da TOC**

*[Iniciar com a descrição cronológica dos fatos fundamentada na documentação inicial* desde *a detecção do fato irregular, passando pelas medidas administrativas adotadas e culminando com a instauração da TOC] [Por exemplo: narrar a celebração de um convênio, a análise de sua prestação de contas, as ações para reparar as irregularidades e a decisão fundamentada de instaurar a tomada de contas especial*].

Na análise da documentação inicial da TOC verificamos sua suficiência para caracterização do fato irregular, do dano ao erário e da identificação dos responsáveis, quais sejam, [*descrever o fato irregular, o valor do dano e seu responsável fundamentando nas folhas dos autos e indicando a legislação infringida*].

**3.2. Apurações realizadas pela Comissão**

Na análise da documentação inicial da TOC verificamos sua insuficiência para caracterização do fato irregular, do dano ao erário e da identificação dos responsáveis.

Diante disso, promovemos a execução dos seguintes procedimentos: (*Elencar os fatos cronologicamente, os procedimentos, seus resultados, tais como: diligências, notificações, visitas in loco, coleta de depoimentos etc.*).

[*Descrever os documentos e instrumentos (questionários, check list, circularização, entrevistas, softwares, exames ou verificações, fotografias, depoimentos, inventários, termo formalizador da avença, documentos da prestação de contas) que fundamentaram a conclusão do tomador de contas, indicando, inclusive as folhas que respaldam tal conclusão*].

**4. Demonstrativo financeiro do débito**

O valor do dano ao erário, atualizado monetariamente de acordo com a [*citar a legislação específica que regulamenta o cálculo da atualização do débito*], até a emissão deste relatório é de R$ [valor] (valor por extenso) conforme demonstrado a seguir:

**DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO DÉBITO**

**Cálculo do Débito Valor**

**A** VALOR ORIGINAL DO DÉBITO R$

**B** DATA DA OCORRÊNCIA DO DÉBITO \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

**C** TAXA SELIC (\*) %

**D** VALOR DA ATUALIZAÇÃO [A \* C] R$

**E** VALOR ORIGINAL ATUALIZADO [A + D] R$

**F** JUROS DE MORA %

**G** CÁLCULO DO JUROS DE MORA [E \* F] R$

**H** VALOR TOTAL A SER DEVOLVIDO [E + G] R$

**5. Relação dos responsáveis**

Foram identificados nesta tomada de contas especial os seguintes responsáveis pelo dano ao erário, assim qualificados:

**FICHA DE QUALIFICAÇÃO**

Nome completo

Número do CPF ou CNPJ

Endereço residencial

Endereço profissional

Números de telefone

E-mail

Cargo, função e matrícula funcional (se servidor

público)

Período de gestão do responsável

Identificação do inventariante ou do

administrador provisório do espólio e/ou dos

herdeiros/sucessores, no caso de responsável

falecido

**6. Conclusão**

À vista dos documentos analisados e dos fatos apurados constatamos (a inexistência de dano ao erário / a ocorrência de [omissão no dever de prestar contas / falta de comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere / ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos / prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico]).

Considerando as informações e manifestações constantes desta tomada de contas especial, concluímos pela existência de dano ao erário na importância de R$ [valor] (valor por extenso), atualizado monetariamente até a emissão deste relatório, sendo identificado(s) como responsável(is) o(s) (elencar somente o nome do responsável(is)).

Assim, encerramos os trabalhos de apuração dos fatos apresentando este relatório, observadas as exigências da Lei Estadual nº 20.656/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura